

LIBERAIS NEM NO PAPEL: A ANL E OS LEVANTES COMUNISTAS DE 1935 NAS PÁGINAS DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO

Guilherme Pigozzi Bravo

(Mestrado em Ciências Sociais – UNESP – FFC – Marília)

Email: guipbravo@yahoo.com.br

Agência Financiadora: FAPESP

Introdução

Os acontecimentos políticos, sociais e econômicos que marcaram os cinco primeiros anos do primeiro governo Vargas, que compreende os anos de 1930 a 1935, revelam o quão complexo foi este período.

Já no seu primeiro ano de governo, Vargas iniciou as profundas transformações pelas quais passou o país, em relação à República Velha. Setores das velhas oligarquias cafeeiras de Minas gerais e São Paulo, que até então dominavam a máquina política do país, subordinam-se a um novo modelo de Estado, cujas características principais são a centralização e o intervencionismo no plano político, econômico e social. Este “assume concomitantemente o papel de ‘representante direto’ dos interesses cafeeiros e de guardião dos interesses nacionais”¹. Assim, as mudanças² não permaneceram apenas no campo político, atingiram também o campo da ideologia e da natureza do Poder e de suas funções na sociedade, resultado da crise do pensamento liberal e da ascensão das doutrinas e valores autoritários, com o crescente intervencionismo estatal³.

Diante desse quadro, não tardou para que os setores oligárquicos de vários estados, principalmente São Paulo⁴, que não mais gravitavam na órbita do poder, e segmentos das

¹ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p.121.

² É importante ressaltar que, segundo Boris Fausto, “ao se caracterizar a Revolução de 1930 é preciso considerar que suas linhas mais significativas são dadas pelo fato de não importar em alteração das relações de produção na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política. As relações de produção, com base na grande propriedade agrária, não são tocadas; o colapso da hegemonia da burguesia do café não conduz ao poder político outra classe ou fração de classe com exclusividade”. *Op. Cit.*, p. 116.

³ RODRIGUES, Leôncio M. Sindicalismo e Classe Operária. In: FAUSTO, Boris (dir). *História Geral da Civilização Brasileira*, v.3: o Brasil republicano, sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 510.

⁴ Neste Estado, destaca-se o “peso político crescente que foram adquirindo determinadas instâncias de produção ideológica, em especial o grupo vinculado à família Mesquita, que detinha desde 1897 o controle acionário do jornal (...) O Estado de S. Paulo”. O grupo Mesquita, “tendo-se pois convertido numa facção partidária, pôde assumir a liderança de sucessivas frentes de oposição...”. MICELI, Sergio. *Intelectuais à*

várias classes, que se mostravam descontentes com o governo, propusessem o retorno ao regime constitucionalista. A radicalização desta luta pela volta do país aos moldes de uma Constituição consubstanciou-se na Revolução de julho de 1932⁵.

Apesar da derrota militar dos paulistas, os constitucionalistas conseguiram seu objetivo. Em julho de 1934, foi promulgada a nova Constituição, com Getúlio Vargas eleito como presidente constitucional. Estava encerrado o regime de força que caracterizou seus primeiros anos de governo.

Com a eleição de Getúlio Vargas para presidente da República, pela Assembléia Nacional Constituinte, encerrou-se o período do Governo Provisório. Entretanto, o novo governo constitucional foi marcado por uma efervescência no movimento social, com greves operárias e manifestações de vários segmentos de classe, em diferentes estados do país.

Os tenentes, após o fracasso de sua política reformista e desagregação do Clube 03 de Outubro, também se dividiram entre o movimento da direita e o da esquerda. A ala tenentista de direita ingressou na recém criada Ação Integralista Brasileira (AIB), de cunho fascista. Os tenentes simpáticos à esquerda, junto com setores da classe média, militar e civil organizaram, em março de 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma organização política cujo objetivo era a luta contra o imperialismo, o latifúndio e o fascismo.

Entretanto, este período de relativa abertura política teve curta duração, pois, já no ano seguinte, foi aprovada a Lei de Segurança Nacional (LSN). Esta lei enquadrava os crimes contra a ordem política e social e seu principal objetivo foi colocar os crimes contra a segurança do Estado no âmbito de uma legislação especial, submetendo-os a uma pena mais rigorosa e com exclusão das garantias processuais. A preocupação maior do governo recaiu na recém fundada ANL, que, no espaço de quatro meses entre sua criação e a ilegalidade, obteve considerável crescimento e prestígio.

A ANL constituiu-se na primeira frente nacional brasileira de massas, organizada a partir das lutas contra o integralismo e a Lei de Segurança Nacional (LSN). Em doze de março de 1935 os seus estatutos foram aprovados e seu Diretório Nacional Provisório eleito. No dia 30 de março do mesmo ano, a Aliança foi oficialmente fundada na cidade do Rio de Janeiro, em um comício realizado no teatro João Caetano.

Brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 90.

⁵ CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922 – 1938)*. São Paulo: Ática, 1989.

Seu programa, como se destacará mais adiante, de cunho nacionalista, caracterizava o país como subserviente ao sistema capitalista mundial. Seus estatutos também conclamavam a defesa das liberdades civis em geral e dos interesses da classe trabalhadora, por meio da reivindicação de melhores salários, impostos mais baixos, reforma agrária e nacionalização das riquezas do subsolo. Em relação à iniciativa de formação da frente,

“a verdade é que (...) todos os partidos, grupos, associações e personalidades democráticas contribuíram para o surgimento da ANL, mas foram as lideranças tenentistas que levaram adiante sua organização”⁶.

O Diretório Nacional Provisório (DNP) era composto por militares e civis ligados ao movimento tenentista. Luiz Carlos Prestes foi aclamado presidente de honra.

A Aliança buscou influência principalmente nos quatro principais setores da população: operários, estudantes, militares e intelectuais urbanos. Na tentativa de garantir maior apoio destas camadas, seu programa era de natureza reformista e não revolucionária: cancelamento da dívida externa; nacionalização das empresas estrangeiras; plenitude das liberdades pessoais; direito a um governo popular e cessão das terras feudais ao trabalhador rural, protegendo-se as pequenas e médias propriedades. Roberto Sisson, que integrava o DNP,

“considerava que o único programa viável para o Brasil era o nacional-libertador, justamente por ser comum a todas as classes: antiimperialista, antifeudal e democrático, não exigia para a sua realização mudança da Constituição e muito menos do regime político e social”⁷.

Hercolino Cascardo, diante da nomeação de Prestes como presidente de honra da Aliança, reforçou o compromisso reformista do programa:

“A Aliança Nacional Libertadora vai esforçar-se, dentro da ordem e da Constituição vigente, pela difusão das idéias de seu programa (...) Luiz Carlos Prestes, Miguel Costa (...) estão com a Aliança. Não tem a intenção de subverter a ordem pública (...) não pretendemos derrubar os homens que estão no governo. Não nos interessa a simples substituição de homens (...) Queremos realizar nossas conquistas pacificamente, sem recurso à violência, dentro dos meios que a Constituição faculta”⁸.

⁶ VIANNA, Marly G. de A. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 111-112.

⁷ VIANNA, Marly G. de A. *Op. Cit.*, p.123.

⁸ Entrevista ao jornal *Homem Livre* em 06 de abril de 1935. Citado por: CASCARDO, Francisco. *A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens*. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel. *As Esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 467.

No plano da classe trabalhadora, o programa reivindicava jornada de trabalho de oito horas, salário mínimo, seguro-desemprego, melhores condições de trabalho e salário igual para trabalho igual. Segundo Leôncio Martins Rodrigues,

“as escassas referências à questão operária limitam-se a certos aspectos de proteção ao trabalhador, que não vão mais além do que determinava a legislação trabalhista de Vargas.”⁹

Neste sentido, vê-se que as demandas não tinham nada de radical, pois se circunscriviam a direitos garantidos pela Constituição. Aliás, muito do seu sucesso provinha dos esforços para atacar a propaganda do governo em relação aos sucessos de sua política trabalhista.

Dos meios usados pela organização para ganhar apoio popular, os principais foram os comícios e discursos em locais públicos, ocasiões em que era exaltado o programa da Aliança. Os órgãos da imprensa da ANL, como *A Manhã*¹⁰, de orientação comunista, fizeram incansáveis campanhas contra os abusos socioeconômicos. Atacavam também a concentração da propriedade rural e o abandono do trabalhador rural pelo governo. Havia ainda publicações de âmbito cultural, nas quais foram reproduzidos artigos da imprensa estrangeira que denunciavam o avanço do nazifascismo, literatura e artigos de intelectuais.

Foi entre a classe média urbana, profissionais liberais, intelectuais e empregados de escritório, que o movimento teve grande prestígio, conseqüência da agitação promovida em favor dos consumidores, da redução dos preços e do barateamento dos serviços públicos e do aluguel. Entretanto, somente na Capital Federal e, em menor proporção, em São Paulo, a ANL foi suficientemente forte para realizar tais manifestações¹¹. Nos demais Estados, a organização contou com poucos simpatizantes, e teve sua ação sufocada pelos violentos conflitos travados com os integralistas e pela repressão policial.

As propostas aliancistas, de cunho nacional-reformador, foram duramente criticadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para a direção do partido, a liderança da ANL era composta por “pequeno-burgueses”, que descartavam a via revolucionária para a tomada do poder¹².

⁹ RODRIGUES, Leôncio M. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (dir). *História Geral da Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 399. V. 3. O Brasil republicano, sociedade e política (1930-1964).

¹⁰ O jornal era editado por Pedro Motta Lima, no Rio de Janeiro. Ver: CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro – Conflito e Integração – 1922 – 1972*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 78.

¹¹ LEVINE, Robert. Op. Cit., p. 118.

¹² Ao comentar a fundação da organização em seu jornal “A Classe Operária”, o PCB adverte que: “O Partido não adere e nunca aderirá à ANL. O partido está de acordo com as reivindicações constantes do programa da ANL, e retirará seu apoio, desmascarará perante o proletariado e as massas populares o papel contra-revolucionário...”. A Classe Operária, 10 de abril de 1935. Citado por: CASCARDO, Francisco. A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel. *Op. cit.*, p.467.

Somente a partir do mês de junho, quando Luiz Carlos Prestes manifestou a ordem por um Governo Popular Nacional Revolucionário, é que o PCB concentrou seus esforços na ANL, ressaltando, porém, que não havia abandonado a luta armada.

“O PCB via na luta armada o único caminho para alcançar seus objetivos, e a união dos tenentes da ANL com o PCB – que se deu com a adesão de Prestes à ANL – reforçava o viés conspiratório que só fez fortalecer-se com o fechamento da entidade”¹³.

Em onze de julho, Getúlio Vargas, amparado na Lei de Segurança Nacional, fechou provisoriamente¹⁴ o movimento, invadindo sedes e prendendo as lideranças. “Apesar do delirante entusiasmo popular pela ANL, demonstrado em inúmeras ocasiões, ‘as massas’ assistiram passivas ao seu fechamento”¹⁵. A partir desse momento, o controle da organização ficou nas mãos dos comunistas e dos tenentes ligados ao PCB, que prepararam um levante armado em nome dela. Para Prestes e os enviados da Internacional Comunista (IC), a deposição de Vargas viria por meio das armas. .

Entretanto, é importante ressaltar que a iniciativa dos levantes não obedeceu à uma ordem partidária nem a uma diretiva da IC. De acordo com Marly Vianna,

“a eclosão das insurreições nos três locais onde ocorreram apresentou graus elevados de autonomia, e o PCB, a reboque dos acontecimentos ou detonador deles, não conseguiu imprimir às revoltas qualquer caráter político-partidário”¹⁶.

Nos dias 23, 25 e 27 de novembro de 1935, três insurreições ocorreram em Natal, Recife e Rio de Janeiro, respectivamente. Embora fossem instigadas e planejadas pelo PCB, fatores políticos e sociais locais tiveram grande importância no desencadeamento dos conflitos. As três insurreições eclodiram em nome da revolução popular e da ANL.

“A plataforma do movimento nada tinha de comunista, era nacional-libertadora, denunciava a exploração do Brasil pelo capitalismo internacional, lutava pela reforma agrária e pela democracia: por Pão, Terra e Liberdade”¹⁷.

Entretanto, as revoltas foram sufocadas em poucas horas. Somente em Natal os revolucionários obtiveram algum sucesso, onde conseguiram organizar um governo popular revolucionário, que permaneceu no poder durante quatro dias¹⁸. Isolados, estes levantes serviram de pretexto para Vargas suspender a vigência da Constituição e, apoiado pelo Congresso e pela opinião pública, colocar o país em um longo estado de sítio.

¹³ VIANNA, Marly. O PCB: 1929-43. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel. *Op. cit.*, p. 346.

¹⁴ O fechamento definitivo da ANL ocorreu no dia 11 de dezembro.

¹⁵ VIANNA, Marly. *Op. cit.*, p. 147.

¹⁶ VIANNA, Marly. *Op. cit.*, p.304.

¹⁷ VIANNA, Marly. . O PCB: 1929-43. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel. *Op. cit.*, p. 349.

¹⁸ Para saber mais sobre os levantes comunistas ver: SILVA, Hélio. *1935: A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

Com uma exagerada e arbitrária campanha anticomunista de repressão, que se seguiu ao fim dos levantes, Vargas habilmente usou a rebelião como veículo para a ampliação do poder do Executivo e, com a promulgação do estado de sítio, firmar o crescimento e a ação das forças armadas e calar a oposição. A forte tendência para a centralização do poder assumiu, a partir de novembro de 1935, claras e irrefreáveis proporções. A reação do governo se fez com prisões e torturas dos envolvidos e suspeitos, por meio da repressão policial, comandada pelo chefe de polícia Filinto Müller¹⁹. Carone sintetizou clima reinante ao afirmar que

“o governo polariza para si toda a confiança e simpatia das forças de centro e direita, aparecendo como o pivô da luta anticomunista. Suas mensagens, no Congresso Nacional, são aprovadas imediatamente, com um mínimo de discordância; os jornais louvam sua ação enérgica”²⁰.

Entre estes jornais aparecia, com destaque, *O Estado de S. Paulo (OESP)*, de caráter liberal.

Objetivos:

O presente projeto tem o objetivo de analisar a visão apresentada pelos editoriais do periódico *OESP* em relação à formação e atuação da *ANL*. Verificar-se-á, também, a cobertura dos movimentos armados feita pelo referido jornal.

Fundado em 1875, com o nome de “*A Província de S. Paulo*”, o periódico ganhou notoriedade²¹ na defesa dos ideais republicanos e liberais. Buscando uma participação ativa no cenário político, econômico e social do país, a atuação política de seus representantes “se orientava por um projeto idealizado para o Brasil e para São Paulo, cujas bases se prendiam ao corpo de idéias que compõem a doutrina liberal...”²². Neste sentido, o projeto político defendido pelo matutino caracterizava-se pela preservação das liberdades individuais e do direito de propriedade.

¹⁹ “Dentre todos os inimigos construídos pelo Estado, os comunistas foram os que mais impulsionaram a ação da polícia, mais justificaram sua existência e mais fortemente serviram à associação mítica coletiva da sua ideologia com a obra do demônio”. In: CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1994 Op. Cit. , p.79.

²⁰ CARONE, Edgard. Op. cit. p.245.

²¹ “Entre 1890, quando Júlio de Mesquita assume a direção de *O Estado de S. Paulo*, e 1917, a tiragem passa de 7 mil para 53.600 exemplares diários”. MICELI, Sergio. *Op. cit.*, p. 249.

²² CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Ligia. *O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p.23. Para as autoras, é no pensamento de John Locke, que concebe o direito à vida, liberdade e propriedade como natural, que se alicerça os ideais do periódico.

A direção deste projeto, que propunha a reconstrução do Estado e a regeneração dos costumes políticos do país, ficaria nas mãos de uma força dirigente paulista que, hegemônica política e culturalmente no cenário nacional, exerceriam a “missão superior” de decidir os destinos da nacionalidade²³. No entanto, é importante ressaltar que

“valores como ‘razão’, ‘liberdade’, ‘justiça’, ‘moral’, (...) na ideologia dos representantes do jornal se configuram como forças de estabilidade, como elementos de conservação do todo social”²⁴.

Neste sentido, a manutenção da ordem configura-se como indispensável para a evolução²⁵ da sociedade brasileira rumo à democratização e realização das aspirações liberais. Para os liberais do *OESP*, o temor diante do conflito social se aliava ao temor do comunismo.

A linha editorial do jornal pautou-se por uma acirrada oposição aos “inimigos da pátria”, por meio de sua principal arma: a informação, ou melhor, uma pretensa informação. O jornal colocou-se como vigia da sociedade, como órgão que denunciaria qualquer ação que colocasse em risco a ordem social. A luta pela manutenção do *status quo* foi bandeira inalienável do jornal. Para Bethania Mariani,

“...o comunismo foi o sentido necessariamente dito, em certas condições, para que, uma vez negado, mais se pudesse afirmar positivamente a brasilidade na forma de seus diferentes mitos evocados pela imprensa: a cordialidade, a índole dócil, a religiosidade cristã, o apego à moral e aos bons costumes, a defesa da propriedade e da família etc”²⁶.

O comunismo foi apresentado pelo matutino como uma grande ameaça, que deveria ser combatida, tanto pelo governo quanto pela sociedade brasileira como um todo. Na luta contra o comunismo e na defesa de seus ideais liberais, o citado jornal empreendeu uma verdadeira “cruzada”²⁷ anticomunista, e conclamou a repressão aos “vermelhos”. Invocou o caráter nacional dessa luta, pois entendia que “o combate ao comunismo devia ser levado avante por uma questão de defesa da nacionalidade”²⁸.

²³ “Essa forma de democracia, que é a que estamos praticando em São Paulo, com os resultados maravilhosos que todos contemplam, por que não há de ser levada ao resto do país? (...) a ambição que nós paulistas tivermos de estender a todo o Brasil métodos que já fizeram sua prova e que produziram na sociedade paulista uma evidente elevação geral da dignidade do homem” (editorial de 29/01/37). Citado em: CARDOSO, Irene. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982, p. 165.

²⁴ CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Ligia. *Op. cit.*, p. 95.

²⁵ *Ibidem*, p.96. Neste ponto, as autoras ressaltam a influência do evolucionismo de Spencer e do pensamento de Auguste Comte, para o qual a ordem é indispensável para o progresso.

²⁶ MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998, p. 229.

²⁷ “Contra o comunismo e os comunistas é uma verdadeira cruzada nacional o que se exige e o que se impõe” (editorial de 18/12/1935). Citado em: CARDOSO, Irene. *Op. cit.*, p. 166.

²⁸ CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Ligia. *O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p.106-107.

As medidas governamentais repressoras, como a Lei de Segurança Nacional e o estado de sítio, por exemplo, foram apoiadas pelo *OESP*, embora em contradição com os postulados ideológicos que dizia defender. Só não sabia das pretensões de Getúlio Vargas para continuar no poder, e que as medidas de exceção faziam parte dos preparativos para a instauração do Estado Novo em novembro de 1937. O projeto de hegemonia cultural e política do “grupo do Estado” foi bruscamente interrompido pelos mecanismos autoritários que a sua campanha anticomunista ajudou a criar.

A pesquisa visa contribuir, portanto, para precisar o papel da grande imprensa, e mais especificamente, do jornal estudado, não só na construção de uma atmosfera de medo e incerteza, que propiciou ao governo Vargas apoio para medidas de exceção e repressão política generalizada, que culminariam com a instauração do Estado Novo, como também na construção de uma memória²⁹, tanto sobre a ANL, quanto sobre a “Intentona Comunista”, que seria invocada posteriormente, na busca para o fortalecimento de um sentimento anticomunista às vésperas do golpe militar de 1964, este também de caráter autoritário.

Justificativa

É inegável o papel da imprensa na construção histórica de um país. É de suas folhas impressas que emerge o conhecimento que muitos terão do que acontece no dia-a-dia, não só pelo seu país afora, como também em relação ao mundo. A imprensa é, também, um dos meios pelo qual futuras gerações buscarão conhecer o passado. Ao analisar e transcrever fatos, o jornalista deixa impressa sua marca, sua visão de mundo, suas concepções, tanto de forma consciente como inconsciente. A escolha de um periódico, como objeto de estudo, justifica-se na medida em que este se constitua em um relevante documento, um veículo que forme opinião, com potencialidades políticas, que atue nas mais variadas dimensões sociais, e não apenas um veículo meramente informativo.

²⁹ Destaca-se o papel do discurso jornalístico na “...constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro. No caso específico do discurso jornalístico sobre os comunistas, esta questão fica mais realçada, uma vez que o discurso dos comunistas praticamente inexistia na imprensa de referência (...) Se não há espaço para confrontos, réplicas ou polêmicas, os sentidos da formação discursiva política dominante se instalam e se disseminam com maior facilidade.” MARIANI, Bethania. *Op. cit.*, p. 61.

A imprensa nasceu com o objetivo primeiro de informar; aos poucos, incorporou também o papel de vigiar e denunciar o que estivesse em desacordo com a lei, ferisse as instituições, não só governamentais, como qualquer outra ligada ao interesse público.

No entanto, com o decorrer do tempo, o que se pode perceber é que os interesses ideológicos, políticos e econômicos da imprensa passaram, em muitos momentos, a sobrepujar aquele papel³⁰. Assim, por ser a imprensa órgão formador de opinião, a manipulação das notícias e fatos relaciona-se a projetos políticos, econômicos e sociais defendidos pelos jornais, ou pelos interesses que eles representam. Para Jürgen Habermas, com a transformação do jornal em empresa capitalista,

“a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública”³¹.

Assim, tal esfera perde seu caráter de reunião de pessoas privadas que, enquanto público, constroem uma opinião pública de maneira racional, sem a influência dos poderes políticos e econômicos. Dessa forma, a imprensa tornou-se o poder que, muitas vezes, obriga, que submete e, até mesmo, determina a ação dos outros poderes³².

Em especial no Brasil, país em que há ainda um grande número de iletrados, e grande parcela da população é de analfabetos funcionais, torna-se mais fácil, à imprensa, conduzir a esfera pública. No entender de Antonio Gramsci³³, o público leitor é visto, ao mesmo tempo, como elemento ideológico, suscetível a mudanças, e como elemento econômico, que pode comprar sua principal mercadoria: a informação. Para grande parte da imprensa, interessa apenas denunciar o que não esteja de acordo com suas necessidades ou projetos. Nesse grande jogo de interesses, eagem-se ou derrubam-se governantes, partidos, instituições... Neste sentido,

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como um mero ‘veículo

³⁰ No Brasil, é nos primeiros anos do século XX que “os pequenos jornais, de estruturas simples, (...), cedem lugar às empresas jornalísticas, (...) Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores (...) o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte”. SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.275.

³¹ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 217-218.

³² “Perguntar, então, como o poder é exercido, disseminado e implantado é perguntar também por seus pontos de encontro, intersecção e afastamento com o discurso jornalístico”. MARIANI, Bethania. *Op. cit.*, p. 226.

³³ Citado em: FONSECA, Francisco. *O Consenso Forjado. A grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil*. _____: Hucitec, 2005, p. 42-43.

de informações', transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.³⁴

A cultura política de uma sociedade é algo que se define e se cristaliza ao longo do tempo. Nossas concepções, nossa visão de mundo advêm de nossa convivência com outras pessoas, numa simbiose que nos permite evoluir, tanto no que culturalmente se refere a nossa formação e atuação individuais, quanto no papel que desempenhamos coletivamente. Assim, estamos sempre suscetíveis à incorporação de novos valores, novas tendências oriundas do meio social em que vivemos, o qual, por sua vez, não se isola do contexto universal em que se insere.

A cultura política é um fenômeno evolutivo³⁵, cuja formação não se baseia em acontecimentos fortuitos e acidentais, mas em respostas oferecidas à sociedade, em face às suas grandes crises e problemas.

Para Serge Berstein, “no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados”³⁶. Assim, se o campo dos valores partilhados for significativamente grande, têm-se então a cultura política dominante. Para que tal cultura seja dominante, necessário se faz que ela traga

“uma resposta baseada nos problemas da sociedade, penetre nos espíritos sobre forma de um conjunto de representações de caráter normativo e acabe por surgir como evidente a um grupo importante de cidadãos”³⁷.

E, neste contexto, tem relevante papel a ação da imprensa³⁸. Tal ação

é variada, por vezes contraditória, e é a composição de influências diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política, a qual é mais uma resultante do que uma mensagem unívoca. Esta adquire-se no clima cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de modos de raciocínio que, com a repetição, acabam por ser interiorizados e que o tornam sensível à recepção de idéias ou à adoção de comportamentos convenientes. Que o cultural prepara o terreno do político aparece desde já como uma evidência de que alguns retiraram estratégias.³⁹

Assim, a escolha do *OESP*, para objeto de análise, deu-se, sobretudo, pela importância e influência que este conquistou, desde sua fundação, em 1875, “como

³⁴ CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Ligia. Op. cit., p. 19.

³⁵ BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 335.

³⁶ *Ibidem*, p. 354.

³⁷ *Idem*, p. 356.

³⁸ “O discurso jornalístico contribui, desta forma, na produção de verdades locais, as quais, ligadas circularmente aos sistemas de poder, vão sendo disseminadas como consensos sociais”. MARIANI, Bethania. Op. cit., p. 226.

³⁹ BERSTEIN, Serge. Op. cit., p. 357.

instrumento de intervenção na vida política brasileira e na modelagem da consciência de segmentos significativos da sociedade”⁴⁰.

Metodologia

Este projeto busca estabelecer um confronto entre o que diz a historiografia, textos memorialísticos⁴¹, literários⁴² e os editoriais do jornal *OESP* em relação à *ANL* e aos levantes comunistas, para verificar em que medida o discurso do jornal esteve, ou não, impregnado do medo do comunismo e, por isso mesmo, o quanto contribuiu para gerar um clima de incerteza que favoreceu a adoção de medidas excepcionais por parte do governo.

A atuação política dos representantes do matutino, que constituíam uma fração da classe dirigente paulista, apoiava-se em um projeto cujo objetivo era a hegemonia política e cultural no país. Neste sentido, o periódico pode ser considerado um “aparelho privado de hegemonia”⁴³ cujo objetivo é a conquista de hegemonia por meio de idéias veiculadas diariamente. A atuação do “grupo do Estado” é

“o exemplo contundente das margens de manobra de que poderia dispor uma facção da classe dirigente cujos trunfos políticos provinham do mando exercido em instâncias de produção cultural”⁴⁴.

A escolha dos editoriais justifica-se pela razão de que “a opinião neles expressa baliza o trabalho dos que produzem o jornal (...), dão coerência às editoriais e homogeneízam os periódicos como um todo”⁴⁵.

A pesquisa analisa, portanto, o discurso jornalístico do periódico, ou seja, de que maneira o *OESP* consolidou, diariamente, sua visão de mundo, e como encarou, sob o prisma de sua prática jornalística-discursiva, a formação e atuação da *ANL* e os levantes comunistas de 1935.

⁴⁰ CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Ligia. *Op. cit.*, p. 23.

⁴¹ Ver, por exemplo, *Vida de um revolucionário*, de Agildo Barata, e *Uma vida em seis tempos*, de Leôncio Basbaum.

⁴² Entre outros, *Seara Vermelha*, de Jorge Amado, e *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos.

⁴³ No entender de Gramsci, referencial teórico deste projeto, embora privados, tais aparelhos têm uma dimensão pública e constituem uma parte das relações de poder em uma sociedade. Ver: FONSECA, Francisco. *O Consenso Forjado. A grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil*. _____: Hucitec, 2005, p.30.

⁴⁴ MICELI, Sergio. *Op. cit.*, p. 91.

⁴⁵ FONSECA, Francisco. *Op. Cit.*, p.33.

Para a realização deste projeto, serão consultados os editoriais e artigos publicados no OESP, no referido período, que se encontram arquivados no Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa (CEDAP- Assis), Arquivo do Estado de São Paulo e Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).

Bibliografia Básica

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

CANCELLI, Elizabeth. O mundo da violência: a polícia da Era Vargas. Brasília:

Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1994.

CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino (Imprensa e Ideologia no jornal O Estado de São Paulo)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARDOSO, Irene. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922 – 1938)*. São Paulo: Ática, 1989.

CASCARDO, Francisco. A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel. *As Esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro – Conflito e Integração – 1922 – 1972*. Trad. de Celso Mauro Paciornik. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: Historiografia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONSECA, Francisco. *O Consenso Forjado. A grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil*. _____: Hucitec, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922 –1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas,SP: UNICAMP, 1998.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001

RODRIGUES, Leôncio M. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (dir). *História Geral da Civilização Brasileira, v.3: o Brasil republicano, sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SILVA, Hélio. *1935: A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SODRÈ, Nelson W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 4ª edição, 1999.

VIANNA, Marly. O PCB: 1929-43. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel. *As Esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.